

Art. 2º O Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica está subordinado ao Presidente do Tribunal e deve subsidiar o processo decisório dos magistrados conforme princípios estritamente profissionais, científicos e éticos.

Parágrafo único. O Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica enviará dados ao Conselho Nacional de Justiça quando solicitados, a fim de instruir ações de política judiciária nacional.

Art. 3º O Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica será composto pelos titulares da Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica da Diretoria-Geral – AAGGE, da Assessoria de Planejamento, Governança e Gestão da Secretaria Judiciária – AGSJD, da Assessoria de Planejamento, Governança e Gestão da Secretaria de Administração e Orçamento – AGSAO, da Assessoria de Planejamento, Governança e Gestão da Secretaria de Tecnologia da Informação – AGSTI, da Assessoria de Planejamento, Governança e Gestão da Secretaria de Gestão de Pessoas – AGSGP, da Assessoria de Gestão da Vice-Presidência e Corregedoria – ASGES e da Assistência de Pesquisa e Estatística da AAGGE/DG, sob a coordenação da primeira.

Parágrafo único. Os membros do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos substitutos das unidades de representação.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 143/2017 – PRES, de 24/04/2017.

Goiânia, 25 de junho de 2018.

Desembargador CARLOS ESCHER

Presidente

Portaria nº 196/2018-PRES

O PRESIDENTE e o VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 13, inciso XXII, c/c artigo 17, inciso XXXIX, e artigo 20, incisos II, V e VIII, da Resolução TRE/GO nº 173, de 11 de maio de 2011 (Regimento Interno) e,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a acessibilidade dos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida, nos termos do artigo 24, § 6º, e artigo 25, da Resolução TSE nº 23.554/2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Caberá aos Juízes Eleitorais, auxiliados pelos Chefes de Cartório:

I - escolher locais de votação de fácil acesso ao eleitor com deficiência física;

II - providenciar, na medida do possível, a mudança dos locais de votação que não ofereçam condições de acessibilidade para outros que as possuam;

III - instalar as seções eleitorais que possuem eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida nas salas em pavimento térreo e com melhor acesso;

IV - monitorar, periodicamente, as condições dos locais de votação em relação às condições de acessibilidade;

V - incentivar o cadastramento de mesários e colaboradores na eleição com conhecimento em Libras e aloca-los, preferencialmente, nas seções eleitorais em que haja deficientes auditivos inscritos;

VI - assegurar a prioridade de transporte dos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida aos locais de votação;

VII - assegurar a liberação do acesso ao eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida aos estacionamentos e/ou reserva de vagas próximas;

VIII - confirmar se foram eliminados os obstáculos dentro das seções eleitorais que impeçam ou dificultem o exercício do voto pelos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como nos corredores e áreas de acesso;

IX - observar a prioridade no atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e àquelas acompanhadas por crianças de colo;

X – disponibilizar cadeiras na fila dos eleitores com atendimento prioritário na votação, previsto no inciso anterior;

XI - fomentar o uso dos fones de ouvido nas seções em que existam eleitores com deficiência visual inscritos;

XII – dar ampla divulgação acerca da localização das seções eleitorais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 25 de junho de 2018.

Desembargador CARLOS ESCHER**Presidente****Desembargador ALAN SEBASTIÃO DE SENA CONCEIÇÃO****Vice-Presidente e Corregedor em substituição**

PORTARIAS

PORTARIA Nº 194/2018/PRES-TRE-GO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 17, inciso XXXIX, do Regimento Interno do Tribunal, e,

Considerando a Decisão proferida no PAD 5990/2018;

Considerando o teor da Portaria Nº 176/2018/PRES-TRE-GO, de 4.6.2018;

Considerando o disposto no art. 9º da Resolução TRE-GO nº 183/2012, RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir desta data, o art. 2º da Portaria nº 176/2018/PRES-TRE-GO que designou o Dr. PEDRO PIAZZALUNGA CESÁRIO PEREIRA, Juiz Eleitoral da 99ª ZEGO de Cavalcante, para substituir na jurisdição eleitoral da 131ª ZEGO, com sede no município de Padre Bernardo, a partir de 9.6.2018 ou até provimento ou nova designação.

Art. 2º Designar o Dr. THIAGO CRUVINEL SANTOS, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental da Comarca de Planaltina, para substituir na jurisdição eleitoral da 131ª ZEGO, com sede no município de Padre Bernardo, no período de 21.6.2018 a 30.11.2018 ou até novo provimento ou designação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Goiânia, 21 de junho de 2018.

Desembargador CARLOS ESCHER

Presidente

PORTARIA Nº 195/2018/PRES-TRE-GO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 17, inciso XXXIX, do Regimento Interno do Tribunal, e,

Considerando a decisão proferida no PAD 5862/2018;

Considerando a Tabela do Judiciário Estadual de 21.6.2018, disponível no sítio do TJGO na presente data;

Considerando o disposto no art. 9º da Resolução TRE-GO n.º 183/2012, RESOLVE:

Art. 1º Designar o Dr. RONNIE PAES SANDRE, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Goiânia-GO, para exercer a jurisdição eleitoral da 135ª ZEGO, com sede no referido município, no biênio de 01.07.2018 a 30.06.2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 22 de junho de 2018.

Desembargador CARLOS ESCHER

Presidente

VICE-PRESIDÊNCIA

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL